

Sarney aprova plano

Economia

Jornal de Brasília

econômico de Sayad

O presidente José Sarney decidiu aprovar o plano alternativo de estabilização da economia, elaborado pelo ministro João Sayad, do Planejamento, e pelo seu assistente, o economista Chico Lopes, um dos pais do "Plano Cruzado". Ao aprovar o plano de Sayad, durante estes dias de carnaval, no sítio de São José do Pericu, o presidente Sarney se reaproxima do Planejamento e afasta-se da idéia de criar o "Ministério da Economia", sob o controle do ministro Dilson Funaro, da Fazenda.

Como disse um assessor do presidente Sarney, ao comentar a decisão presidencial, "o ministro João Sayad ressurge das cinzas do carnaval", nesta quarta-feira. O principal objetivo do plano do ministro João Sayad é o de recompor o equilíbrio da economia, que se perdeu ao longo da execução do Plano Cruzado, e garantir a retomada dos investimentos públicos e privados.

Reequilíbrio

O reequilíbrio da economia, segundo estabelece o plano alternativo do ministro do Planejamento está previsto em quatro principais pontos:

1) — Fazer o país retornar à economia de mercado dentro de um cronograma gradualista. Segundo este cronograma, a fase inicial, será marcada ainda por um controle decisivo de preços, através do sistema Seap/CIP/Sunab (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, Conselho Interministerial de Preços e Superintendência Nacional de Abastecimento). Este sistema, montado principalmente para conter ações oligopolísticas do mercado, deverá ir sendo arrefecido à medida em que o nível de oferta na economia for superando as perspectivas de crescimento da demanda.

2) — Reduzir, de forma sensível, o desequilíbrio financeiro do setor público, através de uma política de corte nos subsídios, política de preços realistas, cortes nos gastos fiscais, mas procurando poupar os investimentos altamente produtivos. Antes mesmo de apresentar um plano alternativo

global, o ministro João Sayad já havia convencido o governo a optar por este caminho. No momento, o consultor-geral da República, Sául Ramos, encontra-se elaborando um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, traçando um novo perfil dos subsídios concedidos pelo governo.

3) — Definição de uma sistemática de controle dos gastos dos estados e municípios, e execução de um plano de recuperação dos bancos estaduais. Ainda neste ponto, seria realizada uma reforma tributária de emergência, visando dotar os governos estaduais e municipais de condições mínimas de execução dos seus programas. Embora venha a propiciar um acréscimo de receitas, o programa prevê um enxugamento das despesas municipais e estaduais.

4) — Execução de uma política de rendas, principalmente no que se refere à relação preços/salários. O plano prevê uma política de médio e longo prazos para o setor produtivo. É uma política salarial que garanta os trabalhadores contra a corrosão do seu poder aquisitivo, provocada pela nova conjuntura inflacionária.

Parâmetros

O Plano Alternativo do ministro João Sayad tece ainda considerações sobre a renegociação da dívida externa brasileira, determinando alguns parâmetros para o seu controle, mas sem passar pelo monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os detalhes do Plano Alternativo do ministro, João Sayad, e aprovado pelo presidente Sarney, deverão ser divulgados ainda esta semana. Com a aprovação do seu Plano Alternativo, o ministro João Sayad parece garantir a sua permanência no ministério, após 15 de março, para quando se prevê o início de reforma ministerial.

A contrário do que se prevê no Ministério da Fazenda, o plano do ministro Sayad é contrário à adoção de um novo congelamento de preços, mas prevê alguns mecanismos de controle das taxas de juros.

Ressurgindo das cinzas

Aylé Salassié

O presidente José Sarney acompanhou o carnaval pela televisão em seu sítio em São José do Pericu, mas examinou uma série de alternativas para o reordenamento da economia. Sarney quer retomar, a todo custo, o patamar do equilíbrio econômico, a exemplo do que ocorreu ao longo de sete meses de vigência do Plano Cruzado I.

Sarney, no entanto, está consciente de que o reordenamento equilibrado da economia não será mais conseguido através do congelamento geral dos preços, observou o secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, explicando que "para o presidente, o objetivo agora é conseguir uma estabilidade inflacionária".

A busca dessa estabilidade está contida, particularmente, num documento elaborado na área da Secretaria de Planejamento, e que foi entregue ao presidente há cerca de duas semanas, pelo ministro João Sayad.

Definições

O estudo faz uma análise das expectativas da sociedade, dedicando uma boa parcela a examinar as reivindicações dos setores produtivos: os empresários querem um horizonte definido e estabilidade nas regras, e os trabalhadores, essencialmente, emprego e salários.

Essas duas premissas devem fundamentar, portanto, o processo de reordenamento da economia que exige, por outro lado, a retomada dos investimentos, atitude que é vista na proposta de Sayad, como uma consequência da estabilização do sistema econômico.

A busca desse patamar deverá se assentar, de acordo com as propostas em exame pelo presidente José Sarney, em quatro pontos, considerados fundamentais para o reequilíbrio: 1) criar condições para o retorno das regras da economia de mercado; 2) reduzir o desequilíbrio financeiro do setor público; 3) encontrar uma solução definitiva e perene para a dívida externa; 4) delinear uma proposta concreta para a política de renda, entendida como a relação renda x salário.

O retorno à prática da economia de mercado não significa, entretanto, que o governo vai abrir mão do controle de alguns preços: um grupo deles continuará submetido ao regime de liberdade vigiado ou outro qualquer. Diante de um salário real defasado — o governo tem consciência disso — o presidente Sarney insiste, segundo Frota Neto, em "amortizar, pelo menos, parte da dívida social, assegurando alimentos, no mínimo, para toda a população". Por outro lado, o presidente se recusa a aceitar qualquer tipo de comportamento especulativo.

Implicações

Para evitar práticas de sonegação ou evasão, fora das regras de

mercado, o consultor-geral da República, Sául Ramos, está encarregado de dar uma redução mais rigorosa à legislação que assegura o funcionamento de uma economia de mercado, mas também a responsabilidade do abastecimento da população. Os órgãos de fiscalização nessa área deverão passar por uma profunda reestruturação.

A redução do desequilíbrio financeiro do setor público deve implicar não apenas na adoção de medidas e acompanhamentos ainda mais rigorosos dos recursos para investimentos e custeio da máquina do Estado, mas também numa articulação mais eficiente da estrutura financeira federal com as dos estados e municípios. Nesse sentido, o documento defende três posicionamentos: elevar as tarifas dos serviços públicos — sempre penalizados nos reajustes de preços, embora oferecendo serviços melhores básicos; extinção do regime de subsídios; e uma reforma tributária capaz de reforçar o sistema federativo. De acordo com o secretário de Imprensa Frota Neto, Sarney está «empenhadíssimo nessas questões».

Incógnita

Outro ponto de estrangulamento da economia é a questão da dívida externa. Depois da moratória, Sarney está disposto a tudo nessa área. Se houverem medidas retaliatórias contra propriedades ou bens brasileiros no exterior, a recíproca poderá ocorrer internamente. Para isso, o Brasil conta com o apoio de um grupo de países amigos e em condições similares.

Mas Sarney não adoga o confronto e está confiante na missão do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, que passa esses dias de carnaval, em Washington, em negociações com autoridades financeiras norte-americanas e europeias para encaminhar o problema da dívida.

O Brasil deseja, em princípio, desconcentrar o pagamento da dívida, pela adoção de um perfil mais longo, 16 anos, por exemplo, reduzir os encargos, e conseguir dinheiro novo. Tem uma proposta para reinvestimento de parte desse débito no Brasil.

De qualquer maneira, a questão dos investimentos internos não chega a ser grata, se o governo conseguir restabelecer a confiança dos investidores e acionar com eficiência o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que dispõem de R\$ 200 bilhões para investimentos nacionais só em 1987.

A grande incógnita é se as negociações com os trabalhadores Sarney considera fundamental para a retomada da estabilidade, um acordo com os trabalhadores ou entre patrões e empregados. Não está claro, até agora, se elas estão engatadas à espera de uma melhor oportunidade de negociação e o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a espera de uma reforma ministerial.